

Deputados do Sul e do Sudeste tentam corrigir Orçamento de 92

8 OUT 1991

Enquanto as lideranças partidárias não chegam a um acordo sobre a forma de mexer no Orçamento Geral da União para 1992 — questão que foi adiada para hoje — parlamentares do Sul e do Sudeste do País tentam corrigir uma injustiça contida no projeto elaborado pelo próprio governo: a distribuição desigual dos Cr\$ 9,1 trilhões previsto para investimentos nas diversas regiões. Ao contrário do ano passado, quando se apontou apenas a destinação de recursos para subprogramas, o projeto para 1992 saiu do governo com verbas “carimbadas”, a serem aplicadas em projetos já definidos como obras infraestrutura, escolas e hospitais, entre outros.

“Eles querem engessar o Congresso como no tempo de regime militar”, afirma o deputado Paulo Hartung (PSDB-ES), ao criticar uma manobra de João Alves (PFL-BA), relator da Comissão Mista de Orçamento. Como as verbas já estão distribuídas, ele propôs que os parlamentares só possam mexer em 1% do total das destinações para custeio e em 2% dos valores definidos pelo governo para investimentos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentará hoje na Comissão um requerimento propondo que as verbas sejam definidas a partir de critérios objetivos. “A distribuição deve ser equitativa para que não haja distorções”, afirma o senador.

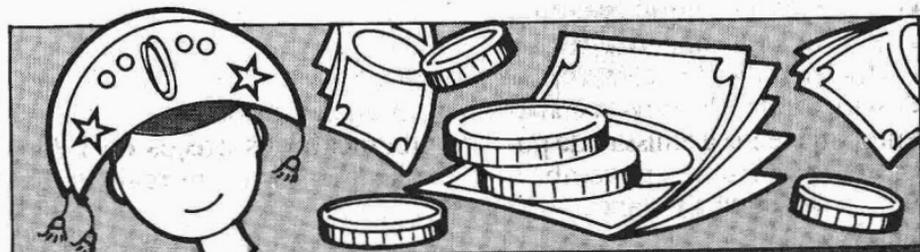
De acordo com levantamento feito por Suplicy, o Nordeste, com 29% da população brasileira, ficará com 34% dos recursos (o equi-

valente a Cr\$ 3,1 trilhões); o Sudeste, com 41,6% dos habitantes, disporá de Cr\$ 2,2 trilhões. Até julho passado, o Nordeste contribuiu com apenas Cr\$ 454 bilhões da arrecadação. Isso equivale a apenas 10% da arrecadação do Sudeste, que foi de Cr\$ 4,4 trilhões (veja quadro abaixo). O Orçamento destina Cr\$ 617 bilhões para São Paulo, embora o Estado responda por 53,8% da arrecadação. Já a Bahia, com apenas 3,03% da arrecadação, ficará com Cr\$ 604 bilhões.

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso adiou para hoje a votação do relatório preliminar do deputado João Alves. A votação não aconteceu ontem por falta de acordo entre as lideranças quanto às mudanças que seriam feitas no relatório, que limita ao máximo a aceitação de emendas ao projeto. Se o relatório de João Alves fosse acatado, a maioria das 73 mil emendas apresentadas seria rejeitada logo no início da tramitação.

As lideranças querem tornar o relatório mais flexível, ainda que o governo execute o Orçamento como lhe convém, sem nenhum controle do Legislativo. Os líderes reconhecem que a maioria das emendas apresentadas representam apenas interesses eleitorais. “É o mesmo que fazer um loteamento na Lua. Todo mundo quer terreno de esquina, só que é na Lua”, compara o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Generaldo Correa (BA).

Vicente Dianezi e Aldo Renato Soares/AE



O governo federal favorece o Nordeste na distribuição dos recursos de 1992

(em bilhões de cruzeiros)

Regiões	Despesa prevista no Orçamento		Quanto arrecada para a União (*)	Porcentagem da população brasileira
	em Cr\$	em %		
Nordeste	3.089	34,1	454	29,6
Norte	1.061	11,7	113	6,3
Sudeste	2.177	24,0	4.410	41,6
Centro-Oeste	1.790	19,7	671	7,4
Sul	951	10,5	771	14,9

* Arrecadação da União até julho passado.

Fonte: Secretaria da Receita Federal e Orçamento Geral da União de 1992.